

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DO REINO DA TAILÂNDIA SOBRE ISENÇÃO PARCIAL DE VISTO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino da Tailândia
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando o interesse de ambos os países em promover as relações de amizade entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Tailândia,

Desejando facilitar a entrada de cidadãos da República Federativa do Brasil e do Reino da Tailândia no território da outra Parte Contratante,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1

1. Cidadãos brasileiros portadores de passaporte brasileiro, válido, estarão isentos de visto para entrar e permanecer no território do Reino da Tailândia para fins de turismo e negócios, por um período não superior a 90 (noventa) dias.
2. Cidadãos tailandeses portadores de passaporte tailandês, válido, estarão isentos de visto para entrar e permanecer no território da República Federativa do Brasil, para os mesmos fins, por um período não superior a 90 (noventa) dias.

ARTIGO 2

O acima exposto não isenta cidadãos brasileiros ou cidadãos tailandeses das respectivas exigências das autoridades brasileiras ou tailandesas com relação à entrada, residência (temporária ou permanente), saída e emprego ou ocupação de estrangeiros. Pessoas que não satisfizerem às autoridades de imigração estarão sujeitas a ter negada sua permissão para entrar ou permanecer.

ARTIGO 3

Estas disposições não limitam o direito das autoridades da República Federativa do Brasil e do Reino da Tailândia de negar a entrada em seus territórios de pessoas consideradas indesejáveis ou de suspender temporariamente este Acordo, por razões de ordem, saúde ou segurança públicas.

ARTIGO 4

As Partes Contratantes deverão, por via diplomática, trocar modelos de seus passaportes válidos, incluindo uma descrição detalhada de tais documentos. Se uma Parte Contratante modificar seus passaportes, deverá encaminhar para a outra Parte Contratante modelos de seus novos passaportes com uma antecedência de 30 (trinta) dias.

ARTIGO 5

1. Este Acordo será válido por um período indeterminado e deverá entrar em vigor 30 (trinta) dias após as Partes Contratantes comunicarem, por meio de troca de Notas, o cumprimento dos procedimentos internos necessários para sua entrada em vigor.
2. O presente Acordo pode ser modificado a qualquer momento. As modificações entrarão na forma do parágrafo 1, acima.
3. Qualquer das Partes Contratantes pode encerrar a validade deste Acordo notificando a outra Parte Contratante, por via diplomática. Neste caso, a validade deste Acordo estará encerrada 90 (noventa) dias após a referida Parte Contratante receber esta notificação.

Feito em Brasília, em 21 de julho de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português, tailandês e inglês. Em caso de divergência, prevalecerá o texto em inglês.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DO REINO
DA TAILÂNDIA

Pitak Intrawityanunt
Vice-Ministro dos
Negócios Estrangeiros

ความตกลง
ระหว่างรัฐบาลแห่งสหพันธสาธารณรัฐบราซิล
กับ
รัฐบาลแห่งราชอาณาจักรไทย
ว่าด้วยการยกเว้นการตรวจลงตราสำหรับผู้ถือหนังสือเดินทางธรรมดา

รัฐบาลแห่งสหพันธสาธารณรัฐบราซิลและรัฐบาลแห่งราชอาณาจักรไทย (ซึ่งต่อไปนี้จะเรียกว่า
“ภาคีสัญญา”)

คำนึงถึงผลประโยชน์ของทั้งสองประเทศที่จะส่งเสริมความสัมพันธ์ฉันมิตรระหว่าง
สหพันธสาธารณรัฐบราซิลและราชอาณาจักรไทยและ

ปรารถนาที่จะอำนวยความสะดวกแก่พลเมืองของสหพันธสาธารณรัฐบราซิลและของ
ราชอาณาจักรไทยในการเดินทางเข้าประเทศของแต่ละฝ่าย

ได้ตกลงกันดังนี้

ข้อ 1

1. คนชาติบราซิลที่ถือหนังสือเดินทางบราซิลที่ใช้ได้จะได้รับการยกเว้น
การตรวจลงตราในการเดินทางเข้าและพำนักอยู่ในดินแดนของราชอาณาจักรไทย เพื่อการท่องเที่ยว
และธุรกิจเป็นเวลาไม่เกิน 90 (เก้าสิบ) วัน

2. คนชาติไทยที่ถือหนังสือเดินทางไทยที่ใช้ได้จะได้รับการยกเว้น
การตรวจลงตราในการเดินทางเข้าและพำนักอยู่ในดินแดนของสหพันธสาธารณรัฐบราซิล
ด้วยวัตถุประสงค์เช่นเดียวกันเป็นเวลาไม่เกิน 90 (เก้าสิบ) วัน

ข้อ 2

บทบัญญัติข้างต้นจะไม่ยกเว้นคนชาติบราซิลหรือคนชาติไทยจากข้อกำหนดของ
ทางการบราซิลและไทยเกี่ยวกับการเดินทางเข้า การมีถิ่นที่อยู่ (ไม่ว่าชั่วคราวหรือถาวร) การเดินทาง
ออก และการทำงานหรือการประกอบอาชีพของคนต่างชาติ บุคคลที่ไม่สามารถชี้แจงแก่เจ้าหน้าที่
ตรวจคนเข้าเมืองของแต่ละฝ่ายจนเป็นที่พอใจจะได้รับการปฏิเสธการอนุญาตให้เดินทางเข้าเมือง

ข้อ 3

บทบัญญัติของความตกลงนี้จะไม่ห้ามเจ้าหน้าที่ผู้มีอำนาจของบราซิลและไทย ในการปฏิเสธการเดินทางเข้าดินแดนของตน ซึ่งบุคคลที่อาจพิจารณาเห็นว่าเป็นบุคคลไม่พึงปรารถนา หรือในการบอกระงับการใช้ความตกลงฉบับนี้เป็นการชั่วคราวด้วยเหตุผลเกี่ยวกับความสงบเรียบร้อย สาธารณะ การสาธารณสุข หรือความมั่นคง

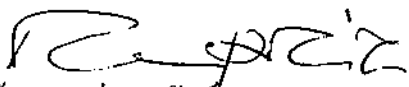
ข้อ 4

ภาคีสัญญาจะแลกเปลี่ยนตัวอย่างหนังสือเดินทางที่ใช้ได้ของตน รวมทั้งลักษณะ โดยละเอียดของเอกสารเช่นว่า โดยผ่านวิธีการทางทูต หากภาคีสัญญาฝ่ายใดฝ่ายหนึ่งเปลี่ยนแปลง หนังสือเดินทางของตน ภาคีสัญญาดังกล่าวจะต้องส่งตัวอย่างหนังสือเดินทางใหม่ของตนให้แก่ ภาคีสัญญาอีกฝ่ายหนึ่งภายใน 30 (สามสิบ) วัน ก่อนนำหนังสือเดินทางดังกล่าวออกใช้

ข้อ 5

1. ความตกลงฉบับนี้จะมีผลบังคับใช้โดยไม่มีกำหนดเวลา และจะมีผลบังคับ ใช้ในวันที่สามสิบ (30) หลังจากภาคีสัญญาแต่ละฝ่ายแจ้งให้อีกฝ่ายหนึ่งทราบโดยหนังสือแลกเปลี่ยน ว่าได้ดำเนินการตามขั้นตอนภายในของตนที่จำเป็นเพื่อให้ความตกลงนี้มีผลใช้บังคับครบถ้วนแล้ว
2. ความตกลงฉบับนี้ อาจแก้ไขเมื่อใดก็ได้ การแก้ไขดังกล่าวจะมีผลบังคับใช้ ตามรูปแบบเดียวกับวรรคแรกข้างต้น
3. ภาคีสัญญาแต่ละฝ่ายอาจบอกเลิกความตกลงฉบับนี้เมื่อใดก็ได้โดยแจ้ง ภาคีสัญญาอีกฝ่ายโดยวิธีการทางทูต ในกรณีเช่นว่า ความมีผลใช้บังคับของความตกลงจะสิ้นสุดลง ภายในเก้าสิบ (90) วัน หลังจากภาคีสัญญาที่เกี่ยวข้องได้รับการแจ้งดังกล่าว

ทำที่ กรุงบราซิล เมื่อวันที่ 21 กรกฎาคม 2540 เป็นคู่ฉบับเป็นภาษาไทย โปรตุเกส ไทย และอังกฤษ ในกรณีที่มีความขัดแย้งกันให้ใช้ฉบับภาษาอังกฤษเป็นสำคัญ


สำหรับรัฐบาลแห่งสหพันธสาธารณรัฐบราซิล


สำหรับรัฐบาลแห่งราชอาณาจักรไทย

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC
OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE KINGDOM OF THAILAND
ON PARTIAL ABOLITION OF VISA REQUIREMENTS

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Kingdom of Thailand
(hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Considering the interest of both countries in promoting friendly relations
between the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Thailand, and

Desiring to facilitate the entry of citizens of the Federative Republic of
Brazil and citizens of the Kingdom of Thailand into one another's territories,

Have agreed as follows:

ARTICLE 1

1. Brazilian nationals holding a valid Brazilian passport shall be exempted from visa requirements to enter and stay in the territory of the Kingdom of Thailand for purposes of tourism and business, for a period not exceeding 90 (ninety) days.

2 Thai nationals holding a valid Thai passport shall be exempted from visa requirements to enter and stay in the territory of the Federative Republic of Brazil for identical purposes, for a period not exceeding 90 (ninety) days.

ARTICLE 2

The foregoing shall not exempt Brazilian nationals or Thai nationals from the respective requirements of the Brazilian and Thai authorities regarding entry, residence (whether temporary or permanent), exit and employment or occupation of foreigners. Persons who are unable to satisfy the respective immigration authorities shall be liable to be refused permission to enter or land.

ARTICLE 3

These provisions shall not restrict the appropriate authorities in the Federative Republic of Brazil and in the Kingdom of Thailand from denying entry into their territories of any persons they may consider undesirable or from temporarily suspending this Agreement for reasons of public order, health or security.

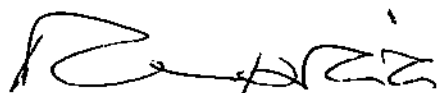
ARTICLE 4

The Contracting Parties shall exchange specimens of their valid passports, including a detailed description of such documents, through diplomatic channels. If either Contracting Party modifies its passports, it shall convey to the other Contracting Party specimens of its new passports within 30 (thirty) days before they are introduced.

ARTICLE 5

1. This Agreement shall be valid for an indefinite term, and shall enter into force on the thirtieth (30th) day after the Contracting Parties, through exchange of Notes, notify each other of the fulfillment of the internal procedures required for this agreement to enter into force.
2. The present Agreement may be altered at any time. The amendments shall enter into force in the form of the paragraph 1, above.
3. Either of the Contracting Parties may terminate the validity of this Agreement by notifying the other Contracting Party through diplomatic channels. In such a case, the validity of this Agreement shall be terminated within ninety (90) days following the date on which the concerned Contracting Party receives the said notification.

Done at Brasília , on July 21 , 1997, in duplicate, in the Portuguese, Thai and English languages. In case of divergence, the English text shall prevail.



FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF
BRAZIL

Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



FOR THE GOVERNMENT OF THE
KINGDOM OF THAILAND

Pitak Intrawityanunt
Vice-Ministro dos Negócios
Estrangeiros